



Revista Cerrados (Unimontes)

ISSN: 1678-8346

revista.cerrados@unimontes.br

Universidade Estadual de Montes Claros
Brasil

Ramos Ferreira, Marcelo; da Silva Gonçalves, Fábio
OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE O PROJETO AGENTE JOVEM DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO: A CONSTITUIÇÃO DE INTERFACES E O
VIÉS SOCIAL EM PERSPECTIVA
Revista Cerrados (Unimontes), vol. 7, núm. 1, enero-diciembre, 2009, pp. 163-180
Universidade Estadual de Montes Claros

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576963563010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE O PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO: A CONSTITUIÇÃO DE INTERFACES E O VIÉS SOCIAL EM PERSPECTIVA

*Marcelo Ramos Ferreira¹
Fábio da Silva Gonçalves²*

Resumo: O presente artigo pretende analisar o projeto social “Agente Jovem de desenvolvimento social e humano”, à luz da Geografia Crítica, para estabelecer suas interfaces e para abordar alguns elementos inerentes à marca distintiva das transformações epistemológicas da geografia, bem como discutir o papel do Estado na gestão das políticas sociais. Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como metodologia. É um trabalho que tem três elementos constitutivos na sua base, quais sejam: o Estado, o programa social Agente Jovem e a Geografia. Entre estes poderes, - suas interfaces serão analisadas de forma a convergir para obliquidade socioespacial. Neste sentido, é destinado a estabelecer correlações entre esses elementos e as suas influências na organização do espaço geográfico dinâmico. Portanto, este artigo é muito importante para a discussão geográfica que atualmente vivenciada (?), onde o então espaço social conhecido sublinha (suscita?) inúmeros discursos e análises um tanto dialéticas(ou pouco lógicas).

Palavras-chaves: Geografia Crítica. Desenvolvimento Social. Agente Jovem.

¹Graduado em Geografia e pós-graduando em Meio Ambiente de Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: marcelomr10@hotmail.com

²Graduado em Geografia, pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: fabbyogeo@hotmail.com

GEOGRAPHIC LOOKS ON THE YOUNG AGENT PROJECT OF SOCIAL AND HUMAN DEVELOPMENT: THE CONSTITUTION OF INTERFACES AND THE SOCIAL BIAS IN PERSPECTIVE

Abstract: The present article aims to analyse the social project ‘ Young Agent of Social and Human Development in the light of the Critical Geography, to establish its interfaces and to broach some elements inherent in the transformations of hallmark epistemológicos of the geography, as well as to discuss the paper of the state in the management of social politics. For so much, bibliographical search was used as methodology. It is a work that has three elements in its constitutive base, that are: the state, the social program Young Agent and the Geography. Between these powers, - its interfaces will be looked for so that to converge for the socioespacial. obliquity In this sense, it is aimed to establish correlations between those elements and its influxes in the organization of the dynamic geographical space. So, this article is very important for the geographical discussion that is being lived at present, where the so known social space underlines countless speeches and analyses somewhat dialectics.

Key-words: Critical Geography. Social Development. Youth Agent.

Introdução

Atualmente, a Geografia é uma ciência de destaque no complexo cenário da cientificidade. Isto se deve ao fato de que ela encerra em seu discurso elementos de cunho natural e social. É a partir dessa premissa, que podemos inferir que o saber geográfico abrange uma gama multivariada de conhecimentos e realidades, o que permite que sua análise compartilhe de saberes múltiplos.

Oriunda de um amplo processo de discussões epistemológicas, a Geografia vivenciou várias correntes legitimadas de acordo com o momento histórico vigente. Logo, o pensamento geográfico retratou novos paradigmas para se adequar às transformações da sociedade. Uma dessas escolas/correntes, a mais contemporânea, é a Crítica, cujo temário central recai sobre a questão social e sob as bases da dialética materialista.

Também chamada de Geografia Radical, esta é um dos movimentos de renovação da ciência geográfica iniciada a partir dos anos 1970. Trata-se de uma postura crítica à Geografia Tradicional e à Geografia Teórico-Quantitativa. Ao invés das descrições áridas e ruínas da primeira, ou dos dados estatísticos utilizados em bloco pela segunda, ela tem no espaço social e no engajamento por uma sociedade mais justa um dos seus divisores de água, ou melhor, um dos seus caracteres exponenciais.

Em nossa contemporaneidade, os programas sociais são eminentemente visíveis no bojo da sociedade brasileira, atuando como coadjuvantes e, até mesmo, como equacionadores precípuos de grandes problemáticas, a exemplo da fome, do desemprego, do trabalho infantil e da exclusão social, entre outros. O Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é um deles.

Esse programa social tem em suas intenções capacitar jovens entre 15 e 17 anos, em situação de vulnerabilidade, para atuarem como cidadãos multiplicadores e transformadores da comunidade local onde estão inseridos. Assim como a Geografia Crítica, ele repousa seu foco no viés social, advogando pela (re)estruturação militante da sociedade. Ele representa uma das medidas do aparelho estatal para organizar o território, constituindo, portanto, uma das muitas articulações intervencionistas do atual Estado brasileiro.

Diante do exposto, evidencia-se que este artigo tem por objetivo analisar o projeto Agente Jovem à luz da Geografia Crítica e estabelecer as interfaces entre ambos os domínios. Coloca-se, ainda, como objetivo a abordagem das características constitutivas do referido projeto, a análise dos fatores e agentes envolvidos no discurso epistemológico da Geografia, bem como dos atributos da corrente Crítica da ciência geográfica e o seu parecer social. Para que tais objetivos sejam alcançados, utilizaremos a revisão bibliográfica como procedimento metodológico.

O assunto é complexo por envolver três facetas de pleito acerbo: a análise do Estado tido como intervencionista, a epistemologia da Geografia e, como parte desta, o debate social. Diante disso, é escusado dizer que este trabalho está elaborado de modo introdutório e, portanto, longe de exaurir as possibilidades de estudo, da mesma maneira que não se pretende afastar polêmicas, uma vez que isto é academicamente saudável.

O texto está estruturado em três partes distintas. A primeira aborda a questão do novo papel do Estado e suas atribuições no tocante ao ordenamento de políticas sociais e o reflexo destas na organização do espaço geográfico. A segunda tangencia os caracteres e premissas do programa Agente Jovem em consonância aos novos parâmetros das políticas sociais e assistenciais. Consideramos que esta parte possui caráter normativo e, às vezes, descritivos, já que se trata de apresentar o programa e apontar as suas principais características. Por sua vez, a terceira parte discorre a respeito do processo de renovação da Geografia iniciado a partir da década de 1970, com enfoque precípuo sobre a chamada Geografia Crítica. É aí que procuramos estabelecer as interfaces existentes entre a Geografia Crítica e o Agente Jovem e inter-relacionar os fatos.

A problemática social envolve uma ampla abordagem interdisciplinar, pois a materialização conceitual que envolve essa temática está amplamente relacionada a

fatores de classes sociais, a atuação do Estado, à dialética espacial e urbana. Portanto, trata-se de um tema de interesse difuso, pois envolve todos os agentes transformadores do espaço, entendido aqui como produto material de uma formação social.

Para uma maior assimilação do nosso discurso, é necessário que se entenda que os problemas sociais são amplamente difundidos e vão constituir-se na materialização do capital e suas nuances na componente espacial. Isto ocorre de forma mais acentuada no espaço urbano. É por isso, que a cidade, segundo Harvey (1996, p.121) “pode ser considerada a expressão concreta de processos sociais, na forma de ambiente físico construído sobre o espaço geográfico”. Vale ressaltar, que a produção urbana é um processo que envolve relações de trocas materiais ou não materiais de forma diferenciada. Segundo Calvacanti (2001, p.32):

Para o entendimento do espaço urbano é preciso considerar que ele é uma produção e que esta produção é contraditória, sendo que uma produção racional e técnica desse espaço resulta numa segregação sócio-espacial.

Nessa perspectiva, é preciso saber que o espaço social, principalmente o de caráter urbano, tem sido (re)produzido de maneira hierárquica, heterogênea, fragmentada e um tanto que complexa. Embora a análise dos processos urbanos e citadinos não constitua, em si, a centralidade de nossos objetivos, cabe, ainda que de forma exploratória, abordá-los, uma vez que a produção social é inerente aos fenômenos urbanos, sendo a recíproca verdadeira. Sejam enfáticos: o urbano só será tomado aqui como referência e a título de contextualização e, portanto, de forma elementar e em breve discussão.

Portanto, o estudo faz uma análise acerca da reprodução socioespacial e da atuação do Estado em políticas públicas para minimização dos problemas sociais, que têm várias origens, como o próprio sistema capitalista e os processos espaciais verificados nas cidades. Essa análise é para que possamos compreender, como dito anteriormente, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, entendido aqui como de primordial importância na política de Defesa Social, e instrumento de combate à desigualdade social, na perspectiva de um olhar geográfico.

A Atuação do Estado X Produção do Espaço: entendendo a questão social como mínimo múltiplo comum

De antemão e à maneira de esclarecimento, é preciso salientar que a abordagem da produção social do espaço é importante à medida que ela procura unificar vários campos de análise, tal forma que discursos simplórios de que os problemas sociais são oriundos única e exclusivamente do sistema capitalista em si, sejam desgastados,

dado à visão unidirecional que os permeiam. Não se trata de omitir tal sistema, o que incidiria em gravíssimo erro, mas entender o social através de uma abordagem interdisciplinar e multidimensional. Só neste sentido, que se é possível compreender e verificar os processos e os agentes que conflitam e estruturam as amálgamas socioespaciais de forma dialética.

É correto que as questões do meio urbano, como a favelização ou a constituição de guetos distintos, são cada vez mais freqüentes. Isto ocorre devido, entre outros fatores, aos influxos migratórios que têm na cidade e nos grandes centros urbanos os maiores receptáculos. A atração desses lugares produz várias consequências de caráter socioeconômico, como assinala Caiado (1997, p. 459):

A expansão urbana se apóia numa sociedade com uma distribuição de renda bastante desigual, tendo como resultado a concentração de renda e população nas grandes cidades, urgindo a estrutura social urbana fragmentada e segregada, espacialmente com a generalização das periferias urbanas.

Ainda é importante frisar, que os problemas no urbano não são causados pela cidade, mas no modo como a produção capitalista se desenvolveu. Portanto, a urbanização acelerada manifesta nas cidades todo tipo de problemas relacionados ao “inchaço populacional”. Tal situação produz paisagens comuns nas cidades como os terrenos ocupados irregularmente, geralmente por classes sociais não privilegiadas, sendo o loco para várias manifestações de problemas sociais, tais como: a segregação socioespacial, pobreza, violência acentuada e baixos indicadores socioeconômicos. A marca das desigualdades existentes no espaço urbano reflete as disparidades iminentes à própria sociedade que o engendrou. Concomitantemente, esse espaço desigual retroalimenta as distâncias entre as classes sociais e fomenta processos excludentes em todas as suas faces, ocorrendo um verdadeiro círculo vicioso. Nesse contexto, surge um dos importantes agentes de transformação social, econômico e espacial: a atuação do Estado intervencionista. Segundo Lefebvre (2001, p.62):

O Estado usa o espaço de uma forma a assegurar seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação de suas partes. É assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado.

O Estado investe nas esferas dos poderes públicos jurídicos, legislativos e executivos, do âmbito federal ao municipal, tanto nas suas instituições de segurança pública, quanto no sistema de defesa social ou, em outras palavras, é um provedor de serviços públicos. Ele atua nesse contexto a fim de criar mecanismos de combate aos problemas sociais: atua de maneira proporcional, por exemplo, na regularização jurídica e social

de algumas ocupações irregulares e políticas de combate as excludências sociais. É o Estado que regulamentariza o uso e ocupação do solo, sendo ele um reflexo da dinâmica da sociedade do qual é parte constituinte.

A questão social vista pelo Estado brasileiro deve ser examinado num sentido amplo e com enfoque no problema de equidade social, o que recai no exame da percepção da repartição ou distribuição dos recursos e dos benefícios do desenvolvimento. Está aí presente a noção de ideologia igualitária, que é analisada por Velloso & Albuquerque (2005, p.86) da seguinte forma:

De inspiração judaico-cristão, um dos fundamentos da moderna civilização ocidental, a igualdade ganhou foros políticos e começou a ter vigência social em boa parte da Europa e dos Estados Unidos a partir do século 18. Não a igualdade absoluta, uma utopia que ignora características intrinsecamente humanas, a diversidade, mas uma igualdade de direitos e deveres de oportunidades de realização individual ou coletiva, mais consentânea aos conceitos contemporâneos de equidade e justiça.

No Brasil, a constituição do Império de 1824 já consagrava essas idéias de “justiça e igualdade”, assegurando aos cidadãos brasileiros uma ampla gama de direitos civis e políticos. Na era getulista, ganha importância a política específica de combate á pobreza. A formulação de tal ótica baseava-se num Estado Nacional de um projeto de industrialização. Ainda segundo Velloso & Albuquerque (2005, p.44) “É desse período Getulista que data a fundação do nosso sistema de proteção social estreitamente articulada com a legislação trabalhista e sindical”.

Durante o período populista, a estratégia foi o incentivo a projetos desenvolvimentistas regionais, como o incentivo de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), trazendo grandes benefícios, inclusive para o Norte de Minas, que vivenciou um período de chegada de várias indústrias, além de projetos de irrigação. Nos últimos anos, o Brasil vem adotando uma política assistencialista, baseada no combate á desigualdade e exclusão social, entendida, mais uma vez, por Velloso & Albuquerque (2005, p. 115) sob a seguinte ótica:

A exclusão social passa a ser entendida como fenômeno mais abrangente, envolvendo as esferas econômica, política, cultura e social da rede de socialidade dos indivíduos e com essa implicação remetendo ao conceito de vulnerabilidade social, ou grupo socialmente vulneráveis, ou ainda grupos m situação de risco.

Neste sentido, é primordial entender a coerência desse tipo de planejamento, já que as políticas sociais não constituem tão somente um conjunto de políticas específicas,

respondendo isoladamente a cada uma das necessidades sociais identificadas, mas sim um conjunto de ações e programas apresentando uma matriz básica que as articule. O Estado é um dos engendradores desses programas, como diz, em destarte, Castells (1983, p.31) “Os novos movimentos sociais produzidos pelo Estado em particular, possuem grande potencialidade, pois podem reforçar a luta de classes, juntando-se a ela”.

Os papéis atuais do Estado são devidos às novas necessidades, as quais a maioria de indivíduos não poderiam isoladamente responder, como as ligadas ao tamanho tecnológico, instrumentos de trabalho, comunicação e informação. Entende-se que essa nova perspectiva em relação ao novo papel do Estado está intimamente ligada à sua noção de contratualista ou estado natural (por noção compreende-se a base concreta orgânica de ordenamento territorial) que ao longo do contexto histórico atua de maneira diferenciada, por um posicionamento estratégico, as bases da ideologia de Maquiavel, que contribui para a fundamentação de Ratzel na escola Alemã, até a Geografia Crítica e sua base de transformação social na década de 1970. O Estado, segundo (Santos 1986, p.185), adquire “[...] cada dia de maneira mais clara, seu papel mistificado, como propagador, ou mesmo criador de uma ideologia de modernização de paz social [...]”.

Para o referido autor, a complexidade crescente da vida social e da anomia característica da vida nas cidades, dão ao Estado um poder público chamado a intervir cada vez mais em domínios diversos na tentativa de restabelecer o equilíbrio social ou para oferecer respostas às exigências da vida cotidiana diante da constante crise social na saúde, educação, transporte, trabalho e tantas outras questões que envolvem a problemática social. Finalmente, porém sem levantar maiores discussões, é importante frisar a transformação espacial, decorrente a atuação desse agente modulador espacial, confluindo para o espaço geográfico novos elementos constitutivos e articuladores: os lugares sofrerão metamorfoses ao comando, entre outros, do Estado. Santos (1986, p.184) pontifica que:

A escolha pelo poder da forma de satisfação das necessidades coletivas constitui um elemento de organização espacial; quer dizer que cada opção realizada pelo Estado e matéria de investimento, mesmo improdutivo atribui a um determinado lugar uma vantagem que modifica imediatamente os dados da organização do espaço.

Desta forma, o Estado é um dos agentes e/ou fatores que (re)estrutura o espaço social, plasmado por conflitos e movimentos paradoxais. Torna-se impossível deixar de reconhecer a presença avassaladora do Estado no convívio social, pois é ele quem constrói o espaço estratégico, geoestratégico e, em muito, geopolítico. É mister sua intervenção no sentido de dirimir os embates plotados em nossa sociedade,

cuja dialética tem na produção do espaço geográfico, que é social, uma inequívoca saliência. Assim, o que temos é a questão social como um mínimo múltiplo comum entre atuação estatal e a produção espacial.

Isto posto, é preciso esclarecer que entendemos ser a ciência, seja ela qual for, uma resposta às demandas da vida em sociedade. Ela é uma “consciência social” que depende quase que, axiologicamente, do desenvolvimento de nossa “consciência política”. Sendo a Geografia uma ciência, pode ela manter-se alheia aos fenômenos sociais? Ou como postulam muitos, “Não é o espaço geográfico um espaço social?”. A resposta é contundente. A Geografia não pode omitir-se desse debate. A ela também cabe o poder de militância e engajamento por uma transformação nas relações sociais. Basta lembrarmos dos geógrafos libertários Eliseé Reclus e Pietr Kropotkin no fim do século XIX e início do século XX, advogando por uma postura contra as estruturas de poder de alienação, a favor das reformas sociais radicais e das classes sociais menos favorecidas. A negação da análise social por parte da ciência geográfica é, a priori, e, sobretudo, um retrocesso, uma volta aos postulados “neutralistas” do positivismo comtiano, como veremos a seguir.

A dimensão social está expressivamente cunhada nos termos da corrente paradigmática denominada “Geografia Crítica”. Por ser de substancial relevância à nossa análise, ela será abordada mais a frente em suas peculiaridades.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano como Política Social Para a Juventude Brasileira

Como dissemos anteriormente, o espaço geográfico é um ponto de convergência dos embates ideológicos e sociais que se estabelecem face às díspares formas de consumir e ocupar o solo pelos segmentos populacionais que nele habitam. Isto concorre para que determinados grupos sociais vivenciem situações de risco, pobreza e vulnerabilidade, tornando bem pungente a distância em relação ao processo de emancipação humana e acessibilidade aos direitos sociais, inerentes a todos os cidadãos. A pobreza é a um só tempo, causa e consequência da exclusão social. Não devemos entendê-la, estereotipadamente, como a negação material das coisas, que é apenas um de suas concepções, mas como um processo cuja totalidade dirige-se à não capacidade e acesso à inteligibilidade/vantagem social. Um dos traços marcantes, mas não via de regra, da pobreza diz respeito à alienação do pobre por parte de uma minoria que monopoliza e controla a ordem vigente: aí se assenta a sua visão política.

Os seculares mecanismos de dominação e exploração confluíram exaustivamente para que o Brasil viesse a experimentar um arcabouço social deflagrado por grandes bolsões de pobreza e marginalização socioespacial. O que se observa é que ainda há resquícios suficientemente fortes que conformam uma estrutura social brasileira frágil e tendenciosa. Urge então, o estabelecimento de políticas sociais para tentar mitigar as

profundas desigualdades que pulverizam a dignidade humana, avultam o partidarismo e o segregacionismo. A política social, a simples termos, é o planejamento para a tentativa de equacionar o problema da desigualdade social. Trata-se de um sistema articulado que integra a esfera social, econômica, política e cultural, abrangendo uma parcela significativa da população: crianças, jovens, adultos e idosos.

Dentre essas políticas, está a assistência social, que é a relação existente entre o dever do Estado, e os direitos sociais do cidadão, através de uma gestão participativa do poder público e, é claro, da sociedade civil. Há que se considerar, que a assistência social não deve ser, de forma alguma, confundida com caridade ou com outra característica simil. Lembremos que o enfoque deste tipo de política repousa na proteção, prevenção, promoção e inclusão dos usuários, não se limitando apenas ao material, pois, como vemos, o conceito de pobreza extrapola essa perspectiva. Assim, o papel do Estado estaria na formulação de políticas, programas e ações coletivas a fim de que a população alcance a cidadania plena.

Ainda no tocante às políticas públicas, cabe dizer que em seu cenário está em voga o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que de acordo com Sposati (2004) trata-se das condições para estender e universalizar a proteção social aos brasileiros via assistência social, bem como para organizar e responsabilizar os serviços às três instâncias de gestão governamental. Deste modo, o SUAS, através de um modelo descentralizado e participativo, regula e organiza as ações socioassistenciais.

As políticas sociais, cuja discussão apresentou-se apenas de forma esboçativa, não deixam de contemplar a juventude, haja vista o grau de vulnerabilidade que a aflige. Então, é essencial que nos debruçemos na análise do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Este é um projeto do governo federal, voltado para jovens carentes entre 15 e 17 anos em situação de risco social. Está centrado na perspectiva de preparação do jovem para atuar, intergeracionalmente, e evoluir para o desenvolvimento social e comunitário, com base em dois eixos. O primeiro eixo relaciona-se ao princípio da reintegração à sociedade, através do resgate de vínculos familiares, (re)inserção no sistema educacional e propiciando atividades que subsidiem a entrada no rígido mercado de trabalho. Já o segundo, que se coaduna ao primeiro, refere-se ao protagonismo juvenil, o que implica em atuar ativamente na vida em comunidade, no apoio às áreas de saúde, meio ambiente e cidadania. Para auxiliar o jovem em sua preparação/formação, ele recebe um valor em dinheiro de 65 reais mensais.

Os principais objetivos do projeto são: desencadear o resgate de vínculos familiares, sociocomunitários, passando pela centralidade na família; subsidiar o jovem para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade; preparar o jovem para o mercado de trabalho; inserir ou reinserir o jovem no sistema educacional; contribuir para a melhoria dos indicadores sociais; possibilitar ao jovem a construção de instrumentos que lhe permita transformar a comunidade em que está inserido.

Como se vê, a construção de conhecimento com os participantes do programa leva-os à reflexão sobre suas vidas, à mudança de comportamentos, considerando a realidade em que vivem. Isso implica que a capacitação dos jovens deve primar pela aproximação da teoria à prática, cuja dinâmica se consubstancia através de ações fundamentadas no binômio ensino-aprendizagem de forma crítica, construtiva, participativa e, portanto, dialética.

Como elucidamos anteriormente, o governo brasileiro tem instalado diversos programas sociais gestados por políticas sociais que se animam pela busca da equidade social. Um programa social, ao que nos torna compreensível e a simples termos, é um conjunto de medidas para a resolução de problemas que inibem e atenuam o desenvolvimento da sociedade, sendo os mais comuns: a fome, a exclusão social e/ou digital, a violência, a pobreza e a marginalização, cujos efeitos podem ser mensurados a curto, médio ou em longo prazo. Além do Programa Agente Jovem, podemos citar como exemplo de programas sociais: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Bolsa Família (PBF), o projeto Minas Olímpica Nova Geração e etc. Assim, o Agente Jovem tem sua matricialidade vinculada, como nos parece claro, ao mundo do jovem e ao fomento da melhoria de vida dos mesmos, indo a sua transformação incidir diretamente sobre a conjuntura e a estrutura da sociedade.

É interessante pontuar que o Agente Jovem está calcado em um ciclo evolutivo que ocorre durante 01 ano, que a propósito é o tempo mínimo de permanência do jovem no programa. Em seu decorrer distinguem-se três núcleos.

- Núcleo Básico: Composto de dois meses, onde se trabalha temas que despertam a auto-estima do jovem e proporciona-lhe o conhecimento do projeto.
- Núcleo Específico: Com duração de quatro meses, objetiva especializar o jovem, centralizando-o no estímulo ao protagonismo juvenil.
- Atuação: Não possui linha temporal rigorosamente definida e, como o próprio nome diz, concerne à prática do adolescente em meio à sociedade.

Os principais elementos do programa são: os agentes jovens, 01 orientador social (pessoa responsável pelo dia-a-dia dos participantes) sendo que a cada turma de 25 jovens corresponde a 01 orientador; 01 coordenador/gestor, instrutores, além da família. O Agente Jovem é apoiado por vários órgãos a nível local: a Prefeitura, a Secretaria de Assistência Social, de Cultura, Esportes; o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Outros órgãos a nível superior que constituem centros de apoio são o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Portanto, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é de extrema relevância para a sociedade brasileira, por estar imbuído numa perspectiva de transformação social. Tem na sua representatividade, a despeito das críticas que certamente incidem sobre ele, algo em comum com a ciência geográfica. É o que elucidaremos a seguir.

A geografia crítica e o projeto agente jovem de desenvolvimento social e humano: possibilidades de olhares geográficos e as interseções tácitas.

As transformações de cunho político, econômico, social, filosófico, científico e tecnológico por que passou o mundo no século XX, mais precisamente a partir de 1950, imprimiram mudanças significativas no modo de conceber e fazer a Geografia, desencadeando um verdadeiro processo de renovação e ordenamento novista de perspectivas geográfico-científicas.

De forma sumária, elementar e sem levantar maiores discussões, podemos elencar os seguintes episódios que, em muito, são históricos e incisivos para uma maior complexização da amálgama espaço-mundial e, conseqüentes, influxos nas análises geográficas: a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, o processo de descolonização de Países da África, Ásia e Oceania entre 1940 e 1980, a Conferência de Bandung em 1955, o estabelecimento de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) baseada no domínio tecnológico e informacional, a transnacionalização/mundialização dos mercados e da economia, sob os auspícios de uma Globalização mais evidenciada a partir de 1991 com o fim da Guerra Fria. Sabemos que esses fatos históricos são por demais complexos e, justamente por isso, concorreram para que o espaço geográfico se tornasse igualmente – e ainda mais-complexo, polissêmico e de difícil compreensão, deixando como veremos a seguir lacunas na análise geográfica que se fazia até então.

Além desses fatores supra-elencados, é bem verdade que os fundamentos filosóficos sobre os quais a Geografia Tradicional se debruçava - o positivismo clássico - haviam entrado em decadência. Os novos patamares científicos e filosóficos superaram os postulados positivistas, que subsidiavam ao pensamento geográfico tradicional as descrições áridas, as ferrenhas dicotomias (Geografia Física x Geografia Humana; Geografia Geral x Geografia Regional); a imprecisão quanto ao objeto de estudo, falta de criação de leis e a dificuldade de explicações genéricas dos fenômenos geográficos devido às intensas digressões desarticuladas e sem nexos causais.

O aporte instrumental de pesquisa da Geografia estava então retrógrado face ao maior dinamismo em que se encontrava a realidade e suas expressões espaciais. Não cabia mais, portanto, uma Geografia que enxergava um mundo onde os fatos aconteciam naturalmente, sem um mínimo de carga ideológica e historicidade. A análise simplória,

aparente e descritiva, de um espaço tido como estanque, passaria agora por um intenso processo de expurgo à luz de uma “Nova Geografia”.

Entretanto, esse processo de renovação não ocorreu de forma unilateral e nem sob os mesmos fundamentos filosóficos. Assim, podemos agrupar esquematicamente as correntes geográficas renovadas em: Geografia Quantitativa, a Geografia da Percepção e do Comportamento, a Geografia Ecológica e a Geografia Crítica ou Radical³. Esta última é a de maior relevância para a análise que aqui se propõe e é o que abordaremos a seguir. A priori, cabe dizer que assim como na Geografia Tradicional, os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Teórico-Quantitativa foram insuficientes para uma análise totalizadora da complexidade e das problemáticas que permeiam o espaço geográfico. Isto porque os modelos matemáticos e estatísticos utilizados acerbamente não apreenderam significativamente as profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e ideológicas presentes no cenário mundial. Inicia-se então, a partir da década de 1970, uma Geografia com uma postura crítica e radical em relação ao pensamento geográfico tradicional e aos fundamentos pragmáticos da Geografia Teórico-Quantitativa.

Lacoste (1989) é um dos ícones da Geografia Crítica. Conforme Rodrigues (2008), a própria terminologia “crítica” tem sua origem nos conformes do livro escrito por Yves Lacoste “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. É neste livro que ele argumenta que há a “Geografia dos Estados-Maiores” que estaria ligada às práticas do aparelho estatal ou para as grandes empresas capitalistas, fornecendo-lhes informações relevantes para a governabilidade do território e/ou manutenção dos processos de alienação socioeconômica, inferimos. A outra seria a “Geografia dos Professores”. Esta é aquela Geografia Tradicional, que através da prática escolar, “maquia” o caráter geoestratégico e ideológico da “Geografia dos Estados-Maiores” fornecendo a esta, informações a respeito dos vários lugares da Terra.

Sob os adjetivos de Geografia Crítica, Radical, Social, Marxista ou Geografia Nova, está corrente está acentada nas bases da dialética materialista. Seus autores advogam por uma postura ativa de transformação da realidade social, atribuindo ao conhecimento geográfico um papel de destaque nesse processo. Logo, o temário geográfico estaria ligado às denúncias e lutas sociais e não a favor dos aparelhos estatais, quando corrompidos, e dos mecanismos de alienação capitalistas. É nesse sentido que Moraes (1999, p.112) pontifica que os autores dessa corrente geográfica:

[...] se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia

³A respeito das outras correntes renovadas da Geografia ver Rodrigues (2008), pois o mesmo faz uma abordagem detalhada das mesmas.

militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

No contexto da Geografia Crítica, é bem notório o enfoque que se dá à questão social. Isto decorre porque seus autores, entre eles Santos (1986), entendem que o conceito de espaço coaduna-se ao de (re)produção social. Temos então, o espaço social como objeto da Geografia. Aquele autor esclarece que o espaço é, concomitantemente, um fato, um fator e uma instância. É um fato social porque é a culminância do processo de socialização que se dá via produção. O espaço também é um fator porque cria na superfície terrestre materialidades duráveis, é o que denomina de “rugosidades”. Essa durabilidade subsidia para que o espaço seja uma instância, isto é, uma estrutura fixa atuante no movimento de totalidade que circunda a realidade em que vivemos. Diante disso, podemos inferir que o discurso da Geografia Crítica está dotado de historicidade e imbuência nos processos capitalistas. É indubitável que os fatos históricos de socialização da natureza estão aí como um processo intrínseco de acumulação temporal no espaço. A respeito da interação entre os fatos históricos, a socialização da natureza e de suas temporalidades Moraes (1999, p. 125) esclarece que:

Tal processo define os usos do solo, a apropriação da natureza, a relação entre os lugares, enfim a organização do espaço. Seu traço geral é a desigualdade (grifo nosso), pois a história do capital é seletiva, elege áreas, estabelece uma divisão territorial do trabalho, impõe uma hierarquização dos lugares, pela dotação diferenciada dos equipamentos.

Tendo em vista que a Geografia Crítica é relutante em relação à questão social do espaço, dirigimos, então, a seguinte pergunta: “Existem interfaces entre a corrente Crítica da Geografia e o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano?”. Ou ainda, e posto de outra forma: “Que olhares geográficos podemos lançar sobre o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano?” Estas são perguntas exponenciais e de magistral importância em nosso trabalho, uma vez que norteiam a busca de respostas e, inclusive, de mais problemáticas referentes ao assunto. Façamos isso.

Não há outra maneira satisfatória de começarmos a busca pelas interfaces, senão dizendo que ela está centrada, como já está evidente, na perspectiva de transformação social. A Geografia Crítica e o Agente Jovem estão, sob este viés, em uma convergência, arrisquemos a dizer, totalizadora. Ratifiquemos: a centralidade na tônica social é a maior interseção entre ambos. O Agente Jovem deixa se mostrar muito afã da mudança e da equidade social, principalmente daquela ao nível topológico, isto é, nas transformações dos lugares. Parte-se do princípio de que ao se tornar um agente jovem (é assim que se chama o participante do programa), o adolescente poderá

atuar numa escala suficientemente capaz de mudar a realidade local. É clarividente que para que tal transformação ocorra, o jovem deve ser dotado de um conjunto de conhecimentos da realidade espacial que o permeia. A Geografia está chamada a desempenhar um papel decisório nestes termos, pois é, conspicuamente, ela que se dedica à análise dos processos espaciais.

O desenvolvimento do sentimento topofílico no agente jovem é um dos meios mais contundentes para torná-lo um cidadão crítico, ativo e participativo, logo um sujeito/ agente de articulação/estruturação/transformação do espaço em que vive. Primemos por lembrar que alguns dos geógrafos críticos acreditam que o Estado é uma macro-esfera que adquire os conhecimentos espaciais numa escala maior em relação ao cidadão comum. Não desponha ai, a priori, uma problemática um tanto que paradoxal? Vejamos: entende-se que o agente jovem passará a ter em seu nível intelectual uma gama de conhecimentos espaciais para a sua (re)inserção no convívio social, o que aparentemente estaria contra os princípios dos aparelhos estatais, que vêem no conhecimento geográfico um dos instrumentos de dominação social e espacial (a Geografia dos “Estados-Maiores”). Sendo o Estado o gestor do Programa Agente Jovem, não estaria criando um embargo às suas intenções alienantes? Entretanto, esta situação de antítese é efêmera, pois uma análise mais precisada, reflexiva e a posteriori leva à inferência de que o agente jovem adquirirá um conhecimento mais amplo, se assim o for, de um determinado local, enquanto o Estado terá uma visão mais totalizadora de todos os lugares, unificando-os em consonância aos processos passados e presentes que animaram e animam a dinâmica espacial.

Cabe consideração, que há uma interseção tácita, ainda calcada na tônica social, entre a Geografia Crítica e o Agente Jovem no que diz respeito ao intuito deste último em (re)inserir o adolescente no mundo educacional, capacitá-lo para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria dos indicadores sociais. Como dissemos, essa é uma interseção tácita, pois estes três objetivos são apenas um dos fatos/fatores presentes na malha social. Contudo, isso incide diretamente no debate geográfico, que há muito se vê sobre uma mesa redonda de magnitude bem extensiva. Portanto, a questão da educação, da problemática referente ao rígido mercado de trabalho e o estudo dos indicadores sociais pontuam mais uma interface entre os elementos aqui em debate.

Uma outra possibilidade de análise geográfica, incidente sobre o Agente Jovem no que diz respeito à questão ambiental. Tomemos inicialmente o conceito de meio ambiente, dado aqui apenas a feito de contextualização. Esse passa pelas inter-relações entre o complexo dos fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e econômicos, cuja conectividade afeta direta os seres vivos. É em sentido próximo, que Troppmair (1987,

p. 06-07) define meio ambiente como: “O complexo de elementos e fatores físicos, químicos e biológicos que interagem entre si com reflexos recíprocos afetando, de forma direta e visível, os seres vivos.” Embora este conceito não envolva diretamente a questão social, é clarividente que não podemos obliterá-la quando discutimos os tão em pauta impactos ambientais.

A partir daí, podemos ilair que o Programa Agente Jovem, ainda que de forma sutil e mediatizada, influxa sobre o meio ambiente, pois sabemos que o mesmo tende a transformar o social ao nível topológico e, conseqüentemente, interferir no meio ambiente em que se encontra. Não podemos, entretanto, sermos conclusivos e imperativos em demasia no tocante a isso, já que o referido programa tem outros focos além do viés ambiental. Mas insistimos, contribui para a transformação da realidade ambiental local, onde o aspecto social é o ponto de convergência e/ou interseção desses dois domínios (meio ambiente e Agente Jovem).

Carece parêntese e reflexão o fato de que o Programa Agente Jovem possui “objeto de estudo” análogo ao da ciência geográfica, que tem nas relações entre a sociedade e a natureza um de seus aportes mais contundentes. Em outros termos, podemos dizer que o objeto de estudo da Geografia na atualidade é a relação entre a sociedade e a natureza sobre o espaço e o do Agente Jovem as relações do jovem na sociedade. O Agente Jovem “modificando” a sociedade, não estará indo concorrer diretamente para com um dos domínios de estudo da Geografia? Não é ele um dos diversos fatores e/ou fatos que estruturam o complexo espaço geográficos? Que fique a reflexão, por sua vez dotada de amplitude e dialética e, por isso mesmo, não as percolamos na íntegra.

Dessa forma, evidencia-se que o Agente Jovem é uma realidade a contribuir para o estudo geográfico, principalmente no que tange à corrente Crítica. Mesmo que algumas interfaces estejam plotadas de forma tácita, é indubitável que há pontos de convergência entre ambos. Buscar entendê-las (los) requer medidas abstrativas e um esforço de síntese maior. Os elementos que discorremos acima são, cada um, de abrangência não exaustiva, sendo por isso que neste trabalho não os tomamos igualmente á guisa exaustiva.

Considerações finais

Até agora o que aqui se fez foi uma tangência em relação á atuação do Estado na organização social do espaço através das políticas sociais, mais precisamente o Programa Agente Jovem e as interfaces desse com a Geografia Crítica. Estes domínios foram abordados de forma exploratória, porém de forma eficaz para o alcance de nossos objetivos delineados.

De então, ficou clarividente que a Geografia é uma ciência multidisciplinar e multivariada e que um de seus expoentes atuais repousa-se no seu engajamento social, a saber: a própria Geografia Crítica. A mesma assenta-se na crítica frente a um conhecimento geográfico institucionalizado e apropriado pelo Estado, acreditando que os movimentos de fomentos sociais de ocorrem de maneira diferenciada, tanto nas relações de territorialidade, quanto nas formas de dominação capitalista. Deixou-se transparecer que o Estado brasileiro, apesar de seus deméritos, é dotado de significância na resolução de algumas problemáticas sociais, na gestão de políticas públicas intervencionistas, produzindo um bem estar social ou minimização das conseqüências da apropriação de um espaço capital contraditório e em sua face globalizada, também perversa e excludente.

A análise do tripé: novo papel do Estado na gestão territorial, a epistemologia da Geografia e o debate social corroboraram para o estabelecimento de uma base teórica capaz de facilitar o entendimento do Projeto Agente Jovem, de primordial importância para o combate das exclusões sociais da juventude brasileira, à luz da Geografia Crítica. Isto ocorreu sob os auspícios da premissa de que o geógrafo não pode omitir-se desse debate social, pois este é uma ferramenta de fecunda para o entendimento das transformações dialéticas que sublinham o espaço geográfico. Destarte, foi sob um cunho “crítico” que explicitamos as interfaces existentes entre a Geografia e o referido programa social.

Não obstante, a visão do Projeto Agente Jovem não se restringe ao prisma geográfico, ao papel do Estado e ao debate social. Os seus limites ultrapassam esses universos de análises e, deste modo, as conclusões aqui assumidas não constituem peças imutáveis ou definitivas. A supremacia de legitimação do Agente Jovem desafia os saberes e os nossos resultados. Carece então, outras abordagens que dêem mais veemência às redes sociais num sentido mais amplo de articulação entre povo, sociedade civil organizada, não apenas sob a perspectiva geográfica, mas sob tantas outras que lhe forem permitidas.

O Agente Jovem, a despeito de sua importância para o melhoramento da juventude brasileira não é, e não pode ser, o único meio de equacionar os sérios problemas sociais que há séculos avassalam a população brasileira. É por isso, que advogamos por mais políticas públicas que reestruturem a sociedade brasileira, repousada num arcabouço ultrapassado e incipiente às satisfações primordiais inerentes a todos os cidadãos.

Há que se considerar ainda, que as interfaces que encontramos entre o saber geográfico e o Agente Jovem só podem ser arquitetadas se os objetivos preestabelecidos por esse forem alcançados em um estado ótimo, por assim dizer, pois as articulações que procuramos evidenciar foram tecidas tendo em vista ao que aquele programa social se propõe. Isto equivale a dizer, em termos hipotéticos, que o olhar geográfico tem na

funcionalidade e na sustentabilidade do projeto, um perfil mais eficaz de discurso do que se o mesmo viesse a definir no alcance de suas metas. Sejam contudentes: o Agente Jovem poderia sim ser analisado pela Geografia caso viesse a ruir-se. Entretanto, se a eficácia do mesmo for estabelecida, os horizontes de análise poderão ser mais relevantes e expressivos.

O nosso trabalho não objetivou, de forma alguma, mensurar a efetividade do Agente Jovem e seus possíveis resultados nos municípios onde funcionam, dado que isso extrapolaria os limites corpóreos de nossas intenções e parâmetros. Tivemos o cuidado de não sermos deterministas em demasia ou taxativos em relação aos mecanismos de intervenção do Estado brasileiro. Todavia, se assim ocorreu, é porque foi urgente ao desencadeamento dos fatos e articulação de idéias. Cabe dizer que a busca pela equidade social, seja qual for o espaço, o novo papel do Estado nas suas múltiplas facetas e o saber geográfico, no seu engajamento social, estão a serviço do entendimento da sociedade desigual, assim como o Agente Jovem na construção de instrumentos de aporte para que o jovem atue como sujeito de transformação das comunidades locais onde vivem e são complacentes à construção da historicidade espacial.

Outros aspectos, além dos abordados aqui, podem ser mensurados em outros trabalhos, tais como a questão da participação do Agente Jovem na desestruturação das redes ilícitas, nos subsídios que fornece à Geografia Cultural e para os estudos do território e para as manifestações de pobreza no Brasil.

Portanto, o presente artigo demonstra que há muitas realidades sobre as quais a Geografia pode debruçar-se e o quão importante é a sua contribuição para a denúncia das mazelas sociais que impregnam o espaço geográfico, tornando o seu temário palimpsesto e imbuído de uma perspectiva criadora, tal como as sociedades históricas que o plasmou. Enfim, a Geografia não serve, neste sentido, em princípio, apenas para se fazer a guerra, mas para apaziguá-la e tornar o homem consciente de si e de sua existência.

Referências

CAIADO, Maria Célia Silva – **O padrão de urbanização brasileira e a segregação espacial da população de Campinas** In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais(CDROM). ABEP, Caxambu ,1998

CALVALCATI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**-,Goiânia- Alternativa, 2001.

CASTELLS. Manuel- **A Questão Urbana**, São Paulo - Paz E Terra, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, 6ª Edição, SÃO PAULO-Loyola, 1996.

LACOSTE, Yves. A Geografia- isso serve, em primeiro lugar, para se fazer a guerra. 2ªed. Campinas: Papirus, 1989.

LEFEBVRE, Henri- **O direito da cidade.** São Paulo- Centauro, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert, **Geografia:** Pequena História Crítica- 7ªed, São Paulo, 1999.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia:** Introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.

SANTOS, MILTON. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SPOSITI, Aldaíza- **Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** In: Revista Serviço Social e Sociedade- Informe-se nº 78, São Paulo. Cortez, julho (2004), p.171-179.

TROPPEL, Hemult- **Biogeografia e Meio Ambiente-** 2ª edição- Rio Claro- Embrapa, 1987.

VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti- **Cinco Décadas de Questão Social e os grandes desafios do crescimento sustentado:** Rio de Janeiro- José Olympio, 2005.

Recebido para publicação em fevereiro de 2010
Aceito para publicação em março de 2010